



2º Congresso histórico
de Guimarães

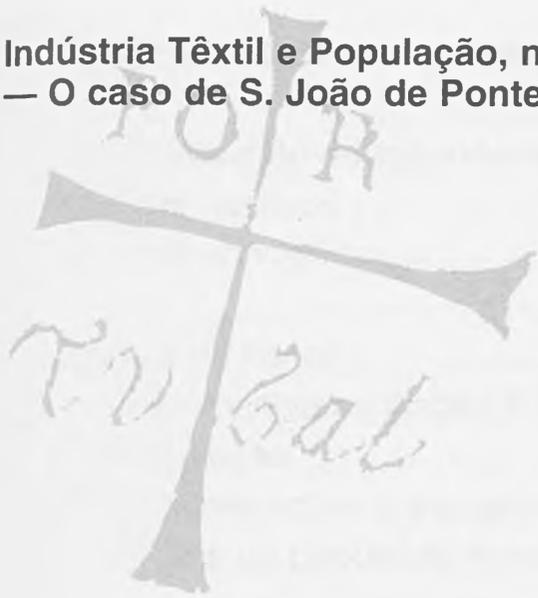
Actas do congresso
volume 7

História Local II

População e
sociedade.
Evolução de
comportamentos
(séculos XVI a XX)

Indústria Têxtil e População, no Limiar do Séc. XX
— O caso de S. João de Ponte

M.^a da Conceição Cordeiro Salgado



Indústria Têxtil e População, no Limiar do Séc. XX — O caso de S. João de Ponte

O presente trabalho desenvolve-se da seguinte forma

1. Caracterização da indústria têxtil

1.1 A nível nacional

1.2 A nível concelhio

2. O caso de Ponte

2.1 A Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães

2.2 A População

a) Informações sobre a sua evolução

b) Em busca da população fabril

3. Situação económica e financeira da Companhia na viragem do século

4. Considerações Finais

1. Caracterização da Indústria Têxtil

1.1 O Contexto Nacional

Em finais do séc. XIX e inícios do século XX, o peso da população activa que se dedicava à agricultura em Portugal era significativo. Este predomínio foi bem salientado por Léon Poincard no início do século XX.

“É a agricultura que faz viver actualmente (1909) a imensa maioria da população portuguesa. Pode dizer-se que cerca de 4/5 da nação, deve os seus meios de existência ao trabalho agrícola. Este tem, portanto, em Portugal, uma importância relativa, bem superior ao de todas as outras indústrias reunidas... Com efeito, não somente assegura a subsistência de um grande número de famílias, mas ainda fornece ao comércio exterior os seus principais elementos (...)”¹

As tentativas de industrialização realizadas em Portugal a partir da segunda metade do séc. XIX, são identificadas pelos historiadores como um “movimento basculante”, onde se alternam conjunturas favoráveis à actividade agrícola e comercial com outras propícias ao desenvolvimento da indústria.

A industrialização opera-se por fases, com avanços e recuos, de uma forma descontínua. Por um lado, assiste-se a um desenvolvimento no mercado agrícola, no qual a procura externa desempenhou um papel dinâmico, conduzindo ao florescimento de um forte sector comercial, por outro, hesita-se no investimento industrial.

Usando as palavras de Miriam Halpern, “(...) de 1847 a 1890-91, o sector mais dinâmico da economia Portuguesa foi a agricultura. Portugal tornou-se uma granja para exportação. O país produzia e vendia vinho, frutos, bois, cortiça, minerais. Comprava produtos manufacturados, entre os quais os bens de consumo ocupavam o 1º lugar. Um único país, a Grã-Bretanha, absorvia cerca de 50% a 60% do total da corrente comercial.”²

Portugal exportava sobretudo produtos primários, enquanto as suas importações eram essencialmente produtos manufacturados industriais.

Há, no entanto, “todo um conjunto de indícios, desde os económicos aos sociais e até aos literários, que apontam no sentido de que, de 1885-1890, até pelo menos, 1910-1914 se tenha verificado em Portugal um período de nova tentativa de arranque industrial. As condições históricas teriam sido, por um lado, o termo da conjuntura favorável ao fontismo e, por outro, as realidades e as perspectivas dos mercados coloniais africanos, em vias de consolidação (...). Há um surto de fábricas de dimensões apreciáveis, no sector dos têxteis, tabacos (...)”³

Também Villaverde Cabral procura demonstrar, através de alguns indicadores, como a energia motriz e o consumo do algodão, que a indústria algodoeira de 1881 a 1917 sofreu, se não um verdadeiro arranque, pelo menos uma transformação profunda.⁴

¹ Poincard, Léon. Le Portugal Inconnu. I. Paysans, marins et mineurs, Paris, s. d., pp 51-52.

² Halpern Pereira, Miriam, Política e Economia, Portugal nos sécs. XIX e XX, Livros Horizonte, 1979

³ Serrão, Joel e Martins, Gabriela, Da Indústria Portuguesa do Antigo Regime ao Capitalismo - Antologia, Coleção Horizonte Universitário, Lisboa

⁴ M. Villaverde Cabral, Portugal na alvorada do século XX, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979

No decurso da 1^a República, observou-se um crescimento na indústria, sobretudo urbana, tendo, no entanto, o capitalismo português apostado, preferencialmente, nas estáveis certezas agrárias cá e em África.

A indústria ocupou o lugar cimeiro no valor da produção e da exportação manufactureira portuguesa, apesar de atravessar algumas crises.

As causas das crises foram variadas: o tipo de contribuição industrial (incidindo sobre os fusos e teares e não sobre os resultados), a tributação do algodão em rama para financiar o caminho-de-ferro de Benguela, as crises económicas angolanas, problemas aduaneiros das colónias, deficiente apetrechamento técnico das fábricas e profissional dos operários, caixeiros-viajantes e empresários e baixa produtividade motivada por más condições de trabalho e vida do proletariado.

Até à entrada de Portugal na I Grande Guerra, o crescimento da indústria não se mostrou excepcional, muito embora se registassem, de ano para ano aumentos consideráveis, tanto quanto ao número de operários como no de estabelecimentos fabris. Vivendo na dependência absoluta do estrangeiro e das colónias para obtenção das matérias-primas, a indústria têxtil portuguesa havia de ser extremamente sensível a toda e qualquer oscilação ocorrida nas economias além fronteiras. Era, no entanto, a mais importante pelos capitais e mão-de-obra que envolvia. O seu centro principal era o Porto. No distrito de Braga predominava o fabrico doméstico e manual do linho embora a mecanização já existisse, nomeadamente em Guimarães, como adiante se verá, no ramo dos algodões.

Os anos da Guerra e subseqüentes, apontam para uma subida do custo das matérias-primas e reivindicações sociais.

Contudo, a revisão da pauta aduaneira, nos finais da década de Vinte, favoreceu a expansão industrial portuguesa por travar as importações de artigos manufacturados ou manufacturáveis.

O Vale do Ave ocupa, neste contexto, um espaço privilegiado.

Nesta região existia uma tradição de fabrico às matérias primas locais - a lã e o linho, sobretudo a este último. Porém, estas foram fortemente afectadas pelos produtos de algodão cuja fibra se amoldava facilmente a todas as conveniências da indústria, com extrema vantagem de preço.

A partir do surto da construção fabril, em finais do séculos XIX, no Vale do Ave, a indústria têxtil algodoeira defrontou-se pelo menos com três mercados distintos - o semiprotégido mercado colonial, para produtos de baixa qualidade; os mercados europeus e norte-americanos, altamente competitivos, para produtos de grande qualidade; e o mercado interno."⁵

Não se pode dissociar o processo de desenvolvimento do Vale do Ave do desenvolvimento dos transportes ferroviários porque, para além de permitirem a

⁵ Ingerson, Alice E., "Uma história cultural e comparada da indústria têxtil no vale do Ave", Revista Análise Social, vol. XVIII, 1982, p. 1472

fabricantes	localidades
António da Silva Marques	Ronfe
Francisco de Faria Prisco	S. Jorge de Selho
Francisco Inácio da Cunha Guimarães	Pevidém
Jerónimo da Silva Polo	Pevidém
João Mendes Ribeiro	Pevidém
João da Silva Marques	Pevidém
Joaquim Mendes Ribeiro	Taipas
José António da Cunha	Pevidém
José de Almeida Guimarães	Moreira de Cónegos
José António Gonçalves Guimarães	Pevidém
Lopes e Vieira	Pevidém
Manuel José Ribeiro Guimarães	Pevidém
Manuel Rodrigues Guimarães	S. Martinho de Candoso
Manuel da Silva Marques	Pevidém
companhias	
Mariano Joaquim da Costa e C ^a	Azurém
Companhia de Fiação e Tecidos Guimarães	Campelos (fiação) e Guimarães (tecidos)
fábricas	
Fábrica de tecidos de algodão do Castanheiro oficinas e armazéns proprietário: António da Costa Guimarães	Guimarães Lugar do castanheiro

Fabricantes de tecidos de algodão por localidades

"circulação de pessoas e bens, permitiram, igualmente, a circulação das ideias e o desenvolvimento das localidades que serviam, ao mesmo tempo que funcionaram como factor indutor do desenvolvimento de diversas indústrias".⁶

1.2. Breve abordagem ao concelho de Guimarães

Para finais do século XIX, na imprensa local, escasseiam informações sobre unidades fabris existentes para aquele período. Encontram-se, de forma ordenada, algumas referências no Almanaque de Guimarães de 1898.

Obra de carácter utilitário, o Almanaque continha dados sobre o Concelho - edifícios importantes, casas comerciais, repartições, horários de comboio, com tabelas de preços, lista de professores, freguesias do Concelho, tabelas do tempo, estabelecimento de beneficiência, etc. Por ser uma fonte coeva dos acontecimentos, merece uma leitura de análise atentas.

Desta publicação constam os fabricantes de tecidos de algodão e respectivas localidades em que se encontravam.

Como se pode observar, a maior parte das unidades localiza-se em Pevidém, nas margens do rio Selho, ficando desprovida uma grande parte do Concelho. E, se na origem são de dimensão reduzida, o inquérito de 1917 já as refere com algum equipamento e a especialidade em que laboram.

De realçar a Fábrica do Castanheiro, pertencente ao Sr. António da Costa Guimarães, que inicia a sua actividade em 1851, com fabrico manual a

⁶ Mendes, J. M. Amado, História Económica e Social dos séculos XV e XX, edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1993, p. 108

domicílio. Estabelece-se em Guimarães onde abre a Casa Comercial e Industrial de Tecidos de Linho e Algodão. Contudo, o Inquérito Industrial de 1891 e o de 1896, referem-na com o funcionamento de teares mecânicos, no Castanheiro, com a designação de Fábrica do Castanheiro.

Os referidos inquéritos indicam-nos 77 casas produtoras de artigos de linho, todas elas com fabrico manual.

Manuel Galdes, em 1913⁷, indica-nos 18 novas ou renovadas unidades (manuais ou mecânicas). O fabrico manual compreende 7 unidades, trabalhando as restantes com mais ou menos máquinas. Os dados são incompletos não sendo possível saber ao certo, nos estabelecimentos que laboram manualmente, o número de trabalhadores. Os teares indicados, rondam aproximadamente, as duas centenas.

Nas unidades mecanizadas há a indicação de 1575 operários, sendo, aproximadamente, 22,5% homens, 73% mulheres e 4,5% menores. O número de máquinas nem sempre é mencionado.

A resposta que a Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães dá a este inquérito é surpreendentemente completa: compreende o capital, as immobilizações, a força motriz, quer a utilizada na Fábrica de Fiação de algodão (Campelos), quer a energia utilizada na Fábrica de Tecidos (Guimarães), pessoal, maquinismos, produção total diária, produção total anual, artefactos, debuxos, branqueamentos, engomadeiras, matérias primas, resposta sobre se daria resultado a fiação de linho nesta região, situação comercial, considerações gerais sobre os pontos 33^o a 42^o do questionário, que se referem ao tipo tradicional dos artefactos de linho, ao ensino industrial, subsídios - salários, emigração e, finalmente a novas indústrias.

⁷ Nunes Galdes, Manuel de Melo, Monografia sobre a Indústria do linho no Distrito de Braga - com uma breve notícia sobre outras indústrias no distrito e algumas considerações sobre o que deveria ser o ensino industrial e profissional no país e, em especial nas escolas de Braga e Guimarães, Coimbra, imprensa universidade, 1913

2. S. João de Ponte

2.1. A Companhia de Fiação e Tecidos

- O surgimento de uma Fábrica agressiva no contexto da época

A 7 de Maio de 1890, por iniciativa conjunta do Visconde de Sendelo, Domingos Martins Fernandes e Pedro Pereira da Silva é fundada a Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães. Logo de imediato iniciou-se a construção da unidade em Campelos, lugar da freguesia de S. João de Ponte. Campelos era, ao tempo, um espaço onde não havia qualquer núcleo populacional. Este toponónimo tem a sua raiz no termo “campus”, do latim popular com o sufixo “elos” que significa “campos pequenos” ou geiras. Por ali passava um velho caminho medieval. De lugar inabitado rapidamente, este local, se tornou fortemente povoado.⁸ Distava apenas 5 km de Guimarães e o rio Ave proporcionava-lhe o aproveitamento da corrente como força motriz e também para a laboração da tinturaria. Foi inaugurada em Fevereiro de 1893.

Na origem deste projecto está o engenheiro inglês, James Lickfold, que após a instalação da fábrica em Campelos procede, quase de imediato, à instalação da Fábrica a Vapor de Tecidos em Guimarães, pertencente à mesma Companhia. James Lickfold foi chefe técnico de laboração, sócio e membro da direcção.

O capital da Companhia provinha de um grande número de accionistas provenientes de várias zonas geográficas. O trabalho de José Manuel Cordeiro, mostra-nos que, em 1896, num total de 226 accionistas, 128 eram de Guimarães, 59 eram do Porto, 16 de Fafe, 9 de Lisboa, 9 de outras localidades, 4 de Braga e 1 de Vila do Conde.

Este capital tinha, maioritariamente, origem regional e encontrava-se disseminado por um grande número de accionistas - cerca de 55.4% detinham entre 1 e 5 acções. O Banco de Guimarães era o maior accionista possuindo 428 acções, seguindo-se o Visconde de Alvelos, com 200 acções e, só depois, a Companhia de Fiação e Tecidos com 171 acções... O Banco Mercantil de Braga detinha 40 acções.⁹

Em 1913, a fábrica possuía, em Campelos, uma máquina a vapor de 650 cavalos e, na fábrica de tecelagem em Guimarães, uma máquina a vapor de 200 cavalos dos quais só 70 eram utilizados. Sabe-se ainda que estava em curso a montagem de um açude de 6 metros, no rio Ave, com a finalidade de produzir força motriz de 500 CV para ser aproveitada em Campelos e Guimarães por meio de uma instalação eléctrica de alta tensão.

⁸ Nos róis de confessados, até ao ano de 1892, não há indicação de existência, nesse lugar, de qualquer fogo. É no rol de 1893 que pela 1ª vez surgem três fogos. Até ao final do século, o número de fogos ultrapassa a centena.

⁹ Cordeiro, José Manuel Lopes, Indústria e Energia na Bacia do Ave, 1995. Dados obtidos no Relatório da Direcção, Balanço e Parecer do Conselho Fiscal e Lista dos Senhores Accionistas apresentados em Assembleia Geral em 19 de Abril de 1896.

O maquinismo ligado à fiação constava de:

10 Cf. Geraldes, 1913, p.p. 100, 101

- 3 abridores
- 4 batedores
- 50 cardas
- 20 primores 5 carruagens
- 40 contínuos
- 80 dobadoras

As máquinas de tinturaria compreendiam:

- 2 caldeiras para solução
- 2 lavadeiras
- 2 engomadeiras
- 2 tintureiras
- 2 hidros

O pessoal que aí trabalhava era formado por 2 mestres ingleses e 484 operários portugueses.

As máquinas de tecelagem abrangiam:

- 100 teares
- 4 caneleiras com 400 fusos
- 5 encarretadeiras
- 5 urdideiras
- 2 passadeiras
- 2 calandras
- 1 prensa
- 2 picadores de cartões

O pessoal aí empregue era formado por 1 mestre português e 250 operários.

A tecelagem manual ocupava um avultado número de operários tecelões, disseminados por várias freguesias do concelho de Guimarães e próximas deste, que executavam, em teares de madeira rudimentares, lisos ou de caixão, no respectivo domicílio (marido, mulher e filhos) uma grande parte da produção. A companhia urdia e entregava as teias. O seu número estava calculado em 1000 trabalhadores (700 tecedeiras e 300 dobadeiras).¹⁰

Havia ainda 6 empregados nos armazens e 8 nos escritórios. Em Lisboa e no Porto havia quatro depósitos e agências.

Utilizavam como matéria-prima o algodão de proveniência americana - Nova Orleães e Texas em maior quantidade e em menor do Maranhão e Pernambuco. Também, em reduzida escala, especialmente para tecidos mais caros e finos, provinha do Egípto alguma rama. Das possessões africanas, pouca era utilizada.

Com esta matéria-prima produziam-se panos sarjados; atoalhados, de ramagem em branco e cor; toalhas adamascadas, colchas, panos, lenços e

	homens casados	mulheres casadas	viúvos	viúvas	solteiros	solteiras (- de 30 anos)	solteiros	solteiras (+ de 30 anos)	totais
--	----------------	------------------	--------	--------	-----------	--------------------------	-----------	--------------------------	--------

anos									
1838	51	51	31	32	102	104	42	43	456
1839	54	54	34	35	103	105	41	46	472
1840	56	56	32	34	106	108	44	48	484
1841	53	53	35	36	107	106	46	41	477

Mapa estatístico
quadro 3

toalhas de felpo e riscados finos adamascados. Os tecidos produzidos manualmente eram riscados grossos, sarjões e cotins.

O linho também era utilizado fabricando-se panos lisos em branco, panos axadrezados e granités; atoalhados adamascados e ramagem; toalhas adamascadas de ramagem; panos, centros de mesa e lenços de bolso.

Os produtos mais grosseiros eram consumidos pelas classes trabalhadoras, quer fabris quer rurais; aquelas porque ganhavam um salário, e estas porque devido a um aumento da produtividade, conseguido com a utilização de fertilizantes, podiam, com o produto da venda dos seus produtos, consumir mais tecidos.

Nos primeiros anos de laboração, a fábrica encontrava, em África, um importante mercado consumidor de tecidos de algodão. A redução das vendas para aquele território, mas com excesso de fio, a Companhia chamou a si a tecelagem manual disseminada no Concelho, em grande parte sem trabalho em consequência de crise africana.¹¹

Como podemos observar este empreendimento nasceu com toda a pujança e grandiosidade. Constituiu uma estrutura sólida e ofensiva no mercado da especialidade, com escritórios, depósitos e agências em Lisboa e no Porto.

¹¹ Ibidem, 1913, p. 102

2.2 A População de S. João de Ponte, segundo os Róis de Confessados - finais do séc. XIX meados do séc. XX

a) Informações sobre a sua evolução

O pároco Domingos José Marques, em resposta ao Interrogatório Hestórico Geográfico, descreve-nos aquela freguesia em 1942, fornecendo-nos informações sobre o estado da população, a sua situação geográfica e limites, principais produções, romarias, fauna, flora...

1. Situação e enquadramento geográfico

"Esta freguesia é plana e tem uma inclinação para poente e parte para sul, distante da vila de Guimarães três quartos de légua e da cidade de Braga duas e um quarto. Do centro da mesma se avista em maior distância a serra do Gerês, a de Santa Catarina e o Bom Jesus de Braga, a Senhora do Monte, a Senhora do Porto, o Bom Jesus de barrosos, a Serra de Carneiro e, mais próxima a da Falperra, montes de Santa Cristina, Sabroso, Citânia, Souto, Prazins, Brito, Outinho (...)

Esta freguesia tem de comprido uma légua e de largura meia, com direcção para a vila de Guimarães.

Confronta esta freguesia do norte para poente com a de Santa Eulália de Prazins, Santa Eufémia de Prazins, S. Cláudio do Basco, S. Tomé de Caldelas, S. Clemente de Sande, S. João de Brito, Santa Maria de Silvares, Santa Eulália de Fermentões, Pencelo, Santa Maria de Corvite, confinando com estas mesmas freguesias (...)

Esta freguesia confina com o rio Ave que a cerca pelo lado norte, poente e sul em o comprimento de quase uma légua dividindo este as sobreditas freguesias S. Cláudio, Caldelas, S. Clemente, Vila Nova e Brito..."

2. População

"Esta freguesia é toda uma aldeia composta de 79 e nove lugares separados em bastante distância uns dos outros.

A povoação geral desta freguesia abrangia seiscentos e cinquenta e oito (658) pessoas, em duzentos e quatro (204) fogos.

Há, nesta freguesia, dois sapateiros, quatro alfaiates, três pedreiros, um fiador, um barbeiro, dois estrangeiros, sacerdotes só o pároco e um ordinando; seis proprietários e vinte e dois caseiros..."

Esta população vivia da agro pecuária, como aliás acontecia com quase todo o território, cultivando "milho grosso branco e amarelo, este em mais abundância... centeio, ...algum milho alvo... pouco trigo,... feijão de deficiente qualidade... vinho, um melhor, outro ordinário... couve galega, tronchuda, alfaces, cebolas, nabijas, ervilhas, "fajão de assubir", batatas." Criavam "bois, mulas, éguas, cavalos e jumentos, porcos, ovelhas, carneiros..."

O rio Ave fornecia-lhe abundantes peixes: "barbos, esqualos, trutas, enguias e bogas."

Mapa estatístico
quadro 3

anos	nascidos s. m.	nascidos s. f.	nascidos exp.	mortos s. m.	mortos s. f.	mortos exp.	casamentos	fogos
1838	12	8	8	4	3	0	8	203
1839	11	6	6	4	4	0	1	204
1840	12	9	6	5	8	0	4	203
1841	7	9	9	3	5	1	10	205

"O alimento ordinário é pão, caldo de feijão e toucinho (...)

"Enquanto a vestuário apenas a freguesia satisfaz o pano de linho e estopa."

(...) a maior deste povo á pobre a duração de vida regular, é por setenta a oitenta anos..."

Qual o quadro demográfico de Ponte em finais do século XIX, segundo os Róis?

Durante a primeira metade do século XIX a população diminuiu consideravelmente, bem como o número de fogos. Contudo, a partir desse período, sofre um crescimento descontínuo, mas com valores inferiores aos do séc. XVIII até ao ano de 1897. O crescimento desde então deve-se, como se terá oportunidade de ver, a transformações económicas profundas operadas no meio.

Os lugares de ocupação sofrem alterações, tendo -se extinguindo alguns, ao mesmo tempo que outros surgem em áreas desabitadas até então. O pároco, Gaspar Martins de Freitas, anota, em 1893, pela primeira vez a localidade de Campelos. A população e o número de fogos conhecem, a partir de 1895, um significativo surto.

Em 1897, o pároco Domingos José Antunes Machado, apresenta-nos um rol confuso com acrescentos a lápis de novos fogos e novos lugares. Não registou o número de ausentes nem os menores.

A partir de 1899, a população continua a crescer. No entanto, pelos registos que o pároco nos deixa, apercebemo-nos de alguma desorganização traduzida na tentativa de introdução de fogos em lugares que não existiam.

De 1910 até 1914, o pároco limita-se a "declarar" os dados relativos à população, na súmula final, com excepção para o número de fogos. É que deve ter sido difícil controlar a população devido à mobilidade gerada pela fábrica. Situação semelhante se verifica para os anos compreendidos entre 1916 e 1921.

Apesar de os róis de confessados desta localidade apresentarem alguma falta de método no seu registo, as suas potencialidades são por demais importantes. Para além de nos darem uma listagem de nomes, indicam-nos a composição de cada fogo e, explicitando os laços de parentesco, permitem-nos descer ao social; a contagem dos efectivos torna-se viável porque as omissões assumem um carácter sistemático (ausência de menores de 7/8) e são superáveis pelo recurso a outras fontes; São ainda possíveis alguns exercícios de aproximação à mobilidade geográfica, dado o assento dos ausentes e, finalmente, fornecem-nos dados sobre os lugares de residência e número de fogos aí existentes - os núcleos populacionais e a sua distribuição geográfica.

Nota: Não é possível estabelecer uma comparação entre a população registada nos róis e a que se encontra nos censos por estes incluírem, a partir de 1911, a freguesia de Corvite. A divisão administrativa é diferente da divisão eclesiástica, como pudemos constatar.

anos	nº de fogos	população
1892	214	732
1893	215	732
1897	264	783
1901	363	1254
1905	364	1261
1909	394	1305
1913	399	1417
1917	403	1452

b) Em busca da população fabril

Silenciadas pelo matraquear constante das máquinas e das instituições - suportando mais de metade do céu - as operárias têxteis ajudaram a mudar o rosto desta riquíssima região do Ave...

Nos finais do séc. XIX, até à instalação em Campelos da Companhia, a população vivia como referimos quase exclusivamente do trabalho agrícola. O surgimento daquela unidade altera o quadro demográfico da localidade, introduzindo nela novos elementos humanos, provenientes não apenas de localidade vizinhas de S. João de Ponte, como de outros concelhos - Santo Tirso, Famalicão, Fafe, Braga e mesmo Porto -, que passam a exercer novas profissões trabalhando na indústria têxtil.

O tecido social altera-se. Uma operosa classe trabalhadora no ramo têxtil substituiu uma larga camada de jornaleiros e lavradores.

Os róis de confessados mostram-nos que, à volta da área geográfica onde se instala a fábrica, a população se aglutina e crese, dando origem a novos espaços geográficos, em detrimentos de outros. Esses espaços cresceram progressivamente, como é o caso de Campelos.

Foi, sem dúvida, neste lugar e no lugar da Ponte que se fixou a maior parte da população fabril, oriunda doutras freguesias. Eram homens e mulheres que nada tinham de seu e, que por isso, facilmente se deslocavam.

De acordo com os mais velhos, a população, no seu início, acomodava-se como podia dormindo em condições sub-humanas, imperando, por vezes, a promiscuidade por falta de condições. A Companhia destinou também instalações para as mulheres e para os homens no chamado "barracão da cocheira" (edifícios destinados aos animais), sob o olhar atento de uma encarregada. A Companhia acolhia especialmente mulheres. É que uma operária do ramo têxtil ao cabo de poucos meses, está apta para executar as suas funções, o mesmo sucedendo com menores, e o seu salário é bastante inferiores ao dos homens.

De acordo com o Relatório de 1903, o projecto de construção da cozinha económica em Campelos, prevê o atendimento a 200 homens e a 550 mulheres. Por outro lado, a resposta ao questionário dada pela Companhia em 1913¹² revela-nos que, na fiação e tinturaria, num total de 484 trabalhadores, 270 são mulheres, 107 são homens, 80 são menores e 27 são raparigas e rapazes. Por sua vez, na tecelagem mecânica trabalhavam 250 operários dos quais 140 eram mulheres, 35 eram homens e 75 eram rapazes e raparigas.

Por falta de documentação devida à destruição dos ficheiros, não é possível quantificar exactamente o pessoal que trabalhou na Companhia, quer nas suas instalações, quer ao domicílio. De qualquer forma, os mais idosos apontam para o milhar de pessoas.

Evolução do número de fogos em Campelos

anos	nº de fogos
1892	0
1893	6
1897	13
1901	115
1905	115
1909	115
1913	119
1917	119

12 Geraldês, Manuel, op. cit., p.p. 100 e 101

períodos	da paróquia		doutas freguesias		total casamentos
	h	m	h	m	
1863/1893	49(44%)	71(65%)	162(56%)	140(35%)	111
1894/1919	75(29,5%)	95(37%)	181(70.5%)	161(63%)	256

Casamentos e naturalidade dos nubentes de 1863 a 1920

Os Casamentos

O Ficheiro de Famílias de S. João de Ponte, reconstituído por Norberta Amorim a partir dos registos paroquiais (nascimento, casamento e óbito)¹³, permite-nos obter dados demográficos sobre a população em análise, além de nos fornecer outros indicadores, tais como a profissão dos nubentes, a sua naturalidade e a sua residência, embora nem sempre de uma forma sistemática.

Organizado numa base de dados informatizada, foi possível obter os seguintes resultados sobre o total de casamentos e a naturalidade dos nubentes, que contrairam matrimónio naquela localidade.

Consultando-o, poderemos verificar se a quantidade de matrimónios que lá se efectuaram tendeu a aumentar significativamente após a implantação da unidade fabril.

Consideraram-se dois períodos de 25 anos, cujo marco de separação corresponde ao ano de efectivo funcionamento da fábrica.

Casamentos e Naturalidade dos Nubentes (de 1863 a 1920):

Os números observados são curiosos e revelam-nos o seguinte:

Do primeiro para o segundo período há um surto muito acentuado de casamentos (70%).

Em ambos os períodos, esses casamentos realizam-se com percentagem elevada de nubentes exteriores à paróquia. O quadro mostra-nos ainda que o número de nubentes do sexo masculino natural de outras paróquias era superior ao do sexo feminino.

¹³ Norberta Amorim procedeu à reconstituição de várias paróquias e tem-nas colocado à disposição dos investigadores

É crescente, no seu segundo período analisado, o número de homens e mulheres que não sendo naturais da paróquia, aí encontram mercado matrimonial. Este facto não estará certamente dissociado do seu trabalho na unidade fabril.

A partir de 1895, é anotada de uma forma sistemática a profissão dos nubentes. No que respeita ao segundo período em análise, verificamos que contraíram matrimónio dentro do mesmo grupo sócio-profissional, 150 casais, sendo 70 ligados à actividade agrícola e 82 pertencentes à classe operária. Estes números revelam-nos que cerca de 60% das uniões contraídas se realizam dentro do grupo sócio-profissional.

No conjunto, de acordo com o número de casamentos observados, constatámos ainda que dentro dos 256 casos, 140 mulheres e 87 homens são operários têxteis.

Durante o período compreendido entre 1890 e 1920 trabalharam como operárias 166 mães solteiras tendo nascido 255 crianças ilegítimas.¹⁴ Falta de mercado matrimonial? Procuraria a mulher ao trabalhar na Companhia junto das suas pares, a segurança material e humana não apenas para si mas também para os filhos?

14 No conjunto dos nascimentos, 1634 são filhos legítimos e 255 são ilegítimos. Há, portanto, uma ilegitimidade na ordem dos 15.6%. O filho único era o mais usual, o que aponta para uma concepção accidental. Raras são as mães que possuem dois ou mais filhos ilegítimos.

3. Situação Económica e Financeira da Companhia na viragem do século

De acordo com os Estatutos, a Assembleia Geral Ordinária reunia dentro dos três primeiros meses do ano e aí, a Direcção apresentava aos accionistas um relatório da actividade da Companhia, as contas e o parecer do Conselho Fiscal.

Do Relatório da Direcção, Balanço e Parecer do Conselho Fiscal - Gerência do ano de 1903, apresentado em Assembleia Geral em 19 de Março de 1904, retiramos dados importantes relativos à situação económica e financeira da Companhia e dos seus projectos em relação ao futuro.¹⁵

A Conta de "Ganhos e Perdas" apresentou um saldo positivo de 44.177\$275. O resultado da secção de "Algodão em Fio" e da secção de "Fiação de Tecidos" foram, respectivamente, 81.979\$707 e 2.845\$454, os quais permitiram suportar todos os encargos constantes da conta de "Ganhos e Perdas", tendo conseguido que essa conta apresentasse o saldo positivo atrás referido.

Em 8 de Outubro, foi pago o empréstimo com hipoteca ao Sr. João Teixeira de Barros, no valor de 38.280\$500, sendo a respectiva hipoteca distratada, restando à Companhia, como único encargo hipotecário, o empréstimo obrigacionista.

Observamos que a Companhia realizou alguns investimentos e procedeu a alterações estratégicas a fim de rentabilizar a produção: é instalado um torno mecânico e serralharia, a Fábrica de Fiação, em Campelos é ampliada com maquinismos adquiridos na Fábrica da Avenida e com os obtidos em leilão e, ainda, por compra no Porto. Compraram-se cardas, torcedores, ajuntadores, caneleiras e dobadoras.

Observamos ainda ter existido a "preocupação" de acorrer às necessidades dos operários, conforme se demonstra pela existência de um "Fundo para a Caixa de Socorros a Operários".

Com o objectivo de criar melhores condições aos trabalhadores, é confiado ao Sr. Guilherme Lickfold a tarefa de elaborar um projecto para dois estabelecimentos conjuntos - cozinha económica e cooperativa para 200 homens e 250 mulheres.

A Direcção, composta pelos directores Eduardo M. de Almeida, Manuel Martins Barbosa e João Lopes Cardoso, faz sentir aos accionistas a sua preocupação relativamente ao desenvolvimento fabril da Companhia por se verificar que "no mercado o fio aparece em quantidade superior às necessidades, acontecendo sempre, apesar de todos os mais firmes e leais acordos, efectuarem-se vendas com prejuízo (...)" E, se por um lado produzem em Campelos, boas quantidades de fio têm que entrar a sua laboração por a Fábrica da Avenida, consumir pequenas quantidades.

Chama-lhes ainda à situação para a situação em que vive a indústria, acalentando esperanças numa remodelação das pautas a fim de melhorar a sua

¹⁵ Ver gráficos, nas pág.

situação e "facultar ensejo de desenvolver largamente a produção de vários tecidos que ainda hoje importamos em largíssima escala" e que "o parlamento vote a remodelação das pautas".

Finalmente, concluiu: "(...) a situação desta Companhia - se economicamente é bem sólida, financeiramente não é por demais desafogada - (...) e se houvésemos de atender às condições financeiras da Companhia não proporíamos dividendo; mas é mister ponderar também que os senhores accionistas há já dous annos não recebem compensação alguma (...)"

De facto, a Companhia acha-se no dever de atender às expectativas e interesses dos seus accionistas procedendo por isso à distribuição de dividendo (6%).

Contudo, de acordo com o "Parecer do Conselho Fiscal", torna-se urgente investir em maquinismo de fiação e escoar todo o fio. Para este investimento é necessário capital.

Referindo-se à Fábrica de Campelos, o Dr. Luís Oliveira Filhadela, actual administrador da Têxtil Manuel Gonçalves, entidade que actualmente é sua proprietária no ramo dos plásticos, diz-nos: "Aquela fábrica já nasceu grande, com sentido de planificação e modernidade, com um projecto inovador e óptimos materiais, nada tem sido feito ao acaso". E acrescenta:(...) " as vigas eram de óptima madeira. Até a sucata era boa".

situação económica e financeira da companhia na viragem do século

estrutura do activo

total

1.068.934,01



situação económica e financeira da companhia na viragem do século

estrutura líquida



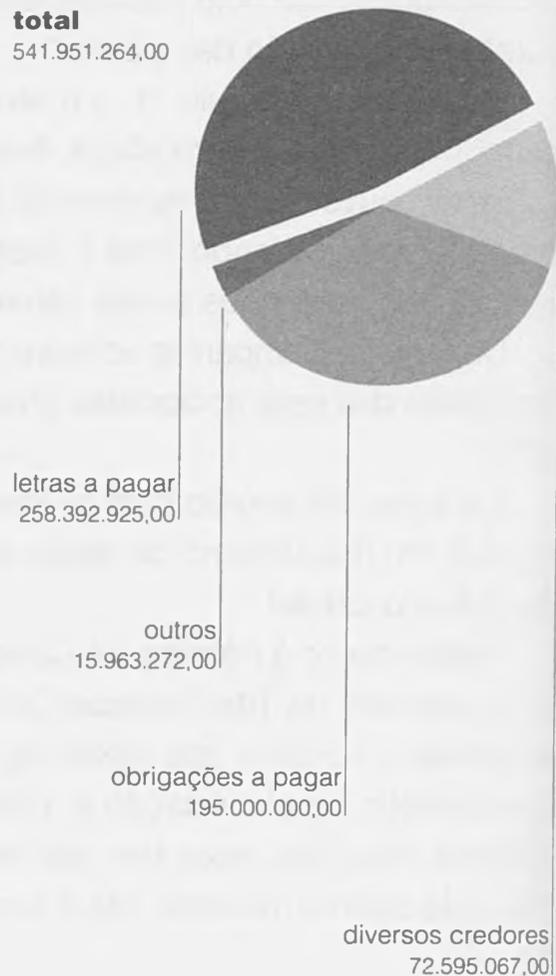
situação económica e financeira da companhia na viragem do século

estrutura do balanço



situação económica e financeira da companhia na viragem do século

estrutura do passivo



4. Considerações finais

Rico em recursos naturais e humanos, o Vale do Ave haveria, no decurso dos tempos e, concretamente, dos finais do séc. XIX e ao longo do séc. XX, ser palco de transformações económicas e sociais que só o devir dos acontecimentos tem permitido avaliar e ajuizar.

A história da população de S. João da Ponte não pode, a partir de finais do séc. XIX, desligar-se da criação e desenvolvimento da Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães.

Esta grande fábrica foi o elemento aglutinador e a causa de uma forte movimentação de gentes. Nasceu arrojada e forte, no contexto da época. Para além do movimento de gentes, movimentou capitais, alterou costumes e comportamentos que este meu modesto trabalho apenas abordou. Outras fontes, egoísta e comodamente guardadas por coleccionadores de velharias poderão trazer à luz informações importantes se colocadas ao serviço de estudiosos.

A Companhia foi a alternativa para numerosos trabalhadores, sobretudo mulheres, que, embora exploradas física e materialmente angariaram meios e consciência do seu papel na sociedade, sobretudo na família.

Contudo, como sabemos acabou por morrer em finais dos anos sessenta, entre outras razões que desconhecemos, por não se ter modernizado e devido a uma inadequada gestão de quem a dirigia.

Na viragem do século, em 1903, decorridos 10 anos do seu funcionamento, se economicamente gozava de boa saúde, financeiramente começava a dar provas de alguma debilidade, como se pode depreender do Relatório da Direcção, Balanço e Parecer do Conselho Fiscal. Os accionistas espreitavam, ávidos, os lucros obtidos e, a direcção ía-lhes satisfazendo a sua natural gula, adiando a compra de maquinaria necessária à competitividade tecnológica que se avizinhava, ou então era adquirida em leilão... Aos trabalhadores, nomeadamente mulheres operárias, submissas e resignadas, era entregue uma parte que, comparativamente aos lucros obtidos, poderemos considerar insignificante.